

COMISSÃO DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº (Do Sr Eduardo Valverde)

Solicita reunião de audiência publica, convidando o Ministro do Trabalho e representantes das Centrais Sindicais a comparecerem a esta comissão para prestar esclarecimento sobre os programas, ações e avaliações que o Governo Federal e as Centrais Sindicais vem realizando nos seguintes temas:

- A) redução dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos e outros fomentos ao mercado formal de trabalho.
- B) Erradicação do trabalho escravo e infanto juvenil.
- C) Acesso ao mercado de trabalho de minorias e grupos discriminados (portadores de necessidades especiais).
- D) Ampliação dos Programas de qualificação profissional para jovens em situação de risco.

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, requeiro a V.Exa.,ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, com o Ministro do Trabalho e os representantes das Centrais Sindicais, para prestarem esclarecimentos e opiniões sobre os temas acima indicados.

JUSTIFICAÇÃO

Embora o nível de emprego formal no Brasil vem aumentando, em face da melhora do quadro econômico brasileiro e da fiscalização trabalhista, ainda persiste elevada informalidade no mercado de trabalho. Recentemente, a imprensa vem divulgando as intenções do governo em reduzir os encargos sobre a folha de pagamento para estimular setores que empregam intensivamente mão de obra. Por outro lado, se esta medida, se efetivada merece acolhida e aplauso, ainda demandaria outras ações de política pública com o fito de erradicar anomalias no mercado de trabalho n Brasil, como a persistência de trabalho análogo à escravo e dificuldade de acesso ao trabalho de segmentos discriminados, como minorias étnicas e portadores de necessidades especiais. Estudos do SEADE apontam, que o acesso a profissionalização e a escolaridade, contribuem para a redução do índice de delinquência juvenil, desta forma, o direcionamento dos PNQP's aos jovens em situação de risco podem ser um excelente meio de redução da criminalidade envolvendo jovens de 16 a 23 anos. Debater todas estas questões, o objeto deste requerimento.

Sala da Comissão, em,

Eduardo Valverde
Deputado Federal PT-RO